



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

Aviso de Privacidade

Em razão do dever de transparência e em cumprimento à [Resolução Nº 281/CNMP, de 13 de dezembro de 2023](#) e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD ([Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)), o Ministério Público Federal disponibiliza informações sobre as hipóteses em que, na execução de suas competências e no cumprimento das atribuições legais, é realizado o tratamento de dados pessoais.

No *Portal do MPF*>>*Serviços*>>*LGPD*>>*Políticas* encontra-se o Aviso de Privacidade geral. Aqui serão disponibilizadas informações acerca do serviço:

Processo Seletivo de Estagiários

Qual é a fundamentação legal para a execução desse serviço?

Lei 11.788/08 (Estágio de estudantes), Portaria PGR/MPU 172/24 (Programa de Estágio no âmbito do MPU e da ESMPU), Resolução CNMP 42/09 (Concessão de estágio no MP Estadual e na União), bem como a Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação –LAI).

Na execução do serviço, quais são os dados pessoais tratados?

Comuns	PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO: Nome, Data de nascimento, Sexo, Estado Civil, Local de nascimento, Nacionalidade, Naturalidade, Filiação, Nº de dependentes, Bairro, Cidade, CEP, País, Estado (Unidade da Federação), Endereço residencial (completo), Telefone celular, Telefone fixo, CNH, CPF, RG (identidade), E-mail pessoal, Declaração de matrícula, Histórico escolar PARA CONTRATAÇÃO Nome, Data de nascimento, Sexo, Estado Civil, Local de nascimento, Nacionalidade, Naturalidade, Filiação, Nº de dependentes, Bairro, Cidade, CEP, País, Estado (Unidade da Federação), Endereço residencial (completo), Telefone celular, Telefone fixo, Certificado Militar, CNH, CPF, Título de eleitor, RG (identidade), E-mail pessoal, Dados Bancários (nome do Banco, nº da conta, extratos bancários, cartão, localização da agência etc.), Fotografia digital, Certidão cível Federal ou Estadual, Certidão de quitação eleitoral, Certidão Negativa Criminal da Justiça Eleitoral, Certidão Negativa Criminal da Justiça Estadual/Distrital, Certidão Negativa Criminal da Justiça Federal, Certificado de escolaridade, Declaração de matrícula, Diploma, Histórico escolar
Sensíveis	PARA INSCRIÇÃO E CONTRATAÇÃO Dados de origem racial ou étnica (autodeclaração para cotas, cor da pele), Dados de saúde (atestado, laudo ou prontuário médico, guias de autorizações ou de atendimento, contas hospitalares, Exame de higidez físico e mental, avaliação biopsicossocial, pedidos de exames clínicos e laboratoriais)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Se o tratamento envolve dados pessoais de crianças e adolescentes, como ele é realizado?

No caso de contratação de estagiários de nível médio informa-se que o processo atende ao disposto no Memorando Circular nº 75/2023/SG (PGR-00174925/2023), de 15 de maio de 2023, no qual foi estabelecido que os atos oficiais do Ministério Público Federal contenham apenas as iniciais do nome e sobrenome de crianças e adolescentes, a fim de garantir o direito à proteção de seus dados pessoais.

Como os dados pessoais são coletados?

Fornecidos pelo titular, mediante formulário web.

Qual ou quais são as finalidades do tratamento?

Participação de estudantes nos processos seletivos de estagiários e posterior contratação dos aprovados nas vagas ofertadas durante a validade do processo seletivo.

Em que consiste o tratamento de dados pessoais para o serviço acima informado?

Coleta, Retenção/Arquivamento/Armazenamento, Utilização.

De acordo com a LGPD, qual é a base legal que autoriza o tratamento dos dados pessoais?

Arts. 7º, II e 11, II, "a" da LGPD, ou seja, cumprimento de obrigação legal e regulatória.

Os dados pessoais são compartilhados com outras instituições?

Portal da transparência do MPF, Instituições de ensino, bancárias e de seguro, após o ingresso no Programa de Estágio do MPF.

Os dados pessoais são transferidos internacionalmente?

Não se aplica.

Por quanto tempo o Ministério Público Federal trata os dados pessoais?

A guarda e a eliminação de dados seguem o disposto nos Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da atividade administrativa (Portaria PGR/MPF nº 860, de 20/9/2018), a Política de Gestão do Patrimônio Documental (Portaria PGR/MPF nº 119, de 5/4/2010) e os Instrumentos Arquivísticos de Gestão Documental da atividade finalística do Ministério Público Federal (Portaria PGR/MPF nº 184, de 21/3/2016). Desse modo, os dados pessoais serão guardados por tempo determinado e poderão ser eliminados após esse prazo, ou classificados como de guarda permanente, conforme previsão na legislação arquivística.

Os dados pessoais estão em segurança?

No Ministério Público Federal são adotadas boas práticas de governança em segurança da informação visando orientar comportamentos adequados e mitigar os riscos de comprometimento dos dados pessoais tratados nas atividades do Órgão, mediante o uso de ferramentas de tecnologia da informação aderentes por padrão e desde a concepção.

Em caso de violação de dados pessoais e sendo o risco relevante, o Ministério Público Federal irá notificar a Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais do Conselho Nacional do Ministério Público - UEPDAP/CNMP e os titulares dos dados pessoais com a brevidade exigida ao caso. Para comunicar eventual violação de dados pessoais porventura tratados pelo Ministério Público Federal, envie um e-mail para os seguintes endereços: abuse@mpf.mp.br ou csirt@mpf.mp.br.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

A fim de reforçar todas as medidas adotadas pela Instituição, recomenda-se que, ao se cadastrar:

- Use uma senha forte que seja exclusiva para sua conta no MPF;
- Nunca compartilhe sua senha com ninguém;
- Faça logout quando não estiver mais usando o serviço; e
- Tenha cuidado com dispositivos de uso compartilhado.

Esse serviço coleta cookies?

Cookies são arquivos salvos no computador, tablet ou telefone quando se visita um site. Usamos os cookies necessários para fazer o site funcionar da melhor forma possível e aprimorar os nossos serviços. Quer saber mais, consulte nossa política de cookies, acesse: <https://www.mpf.mp.br/servicos/lgpd/politicas/privacidade/politica-de-cookies>

Quais são os direitos dos titulares de dados pessoais e como posso exercê-los?

Para saber quais são os seus direitos e exercê-los, acesse o [Formulário de solicitação](#).

Como entrar em contato?

A sede do Ministério Público Federal está localizada na Procuradoria-Geral da República, em Brasília. Além da PGR, o Ministério Público Federal conta com unidades administrativas em todos os estados da Federação e em alguns municípios. Para saber a localização, acesse o [Portal da Transparência do MPF](#).

Para informações relativas ao tratamento de dados pessoais no âmbito do MPF, entre em contato com o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal, por meio dos seguintes canais: e-mail: PGR-UPDP@mpf.mp.br - Telefone: (61) 3105-6450.

Para mais informações acesse a página [LGPD e o MPF - Lei Geral de Proteção de Dados](#).

Este Aviso foi revisado em 11/12/2025